de posto não superior a capitão, os quais ficarão adidos aos quadros das respectivas armas ou serviços.

Art. 3.º Os actuais comissários de policia dos três distritos mencionados no artigo anterior, que forem civis, passam à situação de adidos, a cargo das respectivas juntas gerais autónomas.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Outubro de 1932.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

Decreto n.º 21:770

Preendendo a mesa administrativa da Misericórdia do Funchal completar as obras necessárias ao seu novo hospital e construir anexos destinados aos serviços mortuários e de autopsias, de secretaria, de consultas externas, de arrecadação de mobiliário, de depósito para aproveitamento de águas, e bem assim edificar um pavilhão destinado a tuberculosos, empreendimentos que não pode integralmente efectivar por falta de recursos;

E solicitando a referida Misericórdia autorização para vender à Junta Geral do distrito do Funchal o seu antigo edificio, devoluto, pela importância de 1:550.000\$, receita com que conta fazer face aos encargos daquelas obras;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Misericórdia do Funchal a vender à Junta Geral do distrito, independentemente de hasta pública e pela importância de 1:550.000\$, a sua antiga propriedade, situada na Avenida do Dr. Manuel de Arriaga, da mesma cidade, e a aplicar o produto da venda nas obras complementares do novo hospital e no pavilhão destinado a tuberculosos.

Art. 2.º A importância resultante da transacção não poderá ter aplicação diversa da indicada neste decreto.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Outubro de 1932.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

Direcção Geral de Assistência

2.ª Repartição

Rectificação

Tendo sido publicado com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 248, 1.ª série, de 22 do corrente, o decreto n.º 21:757, para os devidos efeitos se declara que o vencimento de 1.500\$ atribuído ao director dos serviços dos dispensários da Assistência Nacional aos Tuberculosos é mensal e não annual, como por lapso foi publicado.

Direcção Geral de Assistência, 25 de Outubro de 1932.—O Director Geral, *Luiz Machado Pinto*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 21:771

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 140.000\$ a verba de 200.000\$ inscrita no capítulo 4.º «Serviços de Segurança Pública», divisão «Inspeccção Geral dos Serviços de Fiscalização dos Géneros Alimentícios», classe «Pagamento de serviços», artigo 80.º «Despesas de fiscalização», n.º 1) «Despesas com os serviços de fiscalização dos géneros alimentícios, incluindo a renda da casa onde se encontra instalada a Inspeccção Geral», do orçamento do Ministério do Interior decretado para o ano económico de 1932-1933.

Art. 2.º É adicionada a quantia de 140.000\$ à verba de 6:000.000\$ descrita no capítulo 4.º «Taxas — Rendimentos de diversos serviços», grupo «Serviços administrativos», artigo 69.º «Multas», do orçamento das receitas decretado para o ano económico de 1932-1933.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Outubro de 1932.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Secretaria Geral

Portaria n.º 7:447

Tendo a Ordem dos Advogados suscitado dúvidas acerca da interpretação a dar aos artigos 730.º e 734.º, n.º 2.º, do Estatuto Judiciário, na parte respeitante à